



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 155583-1

COMARCA RECIFE

AGRAVANTE: PAULO FERNANDO MONTEIRO DA SILVA

AGRAVADO: EXCELSIOR MED LTDA

RELATOR DES. BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COMBINADO COM PERDAS E DANOS – CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE DECORRENTE DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO – INCLUSÃO DE DEPENDENTE - COMPANHEIRA GESTANTE COMO BENEFICIÁRIA – NÃO INCLUSÃO NA DATA DE MANUTENÇÃO DO PLANO - RECURSO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

O contrato com fito de incluir nova beneficiária da parte autora é decorrente de outro anteriormente celebrado entre empregador/apelante e a empresa/apelada para prestação de serviços de caráter coletivo, não se podendo falar por isso em pacto totalmente independente, pois existe uma vinculação entre ambos, demonstrado por exigência de ordem legal, o qual regulou surgimento de novo contrato.

No caso, verifica-se que o autor/apelante, não incluiu como beneficiária dependente à companheira no dia da proposta de adesão originária, em 18/05/2004, quando começou a prestar serviços a Saúde Excelsior, nem no dia da manutenção do vínculo com o plano de saúde, em 13/06/2006, quando fora dispensado do referido trabalho e optou por continuar no convênio, sendo amparado pelo art.30 §2º da lei nº9.656/98.

Ultrapassado o tema da União Estável, pois o cerne da questão não é este, visto que, se fosse, devido à equiparação deste com casamento, a

143


142

companheira do apelante poderia perfeitamente ser incluída como dependente. Portanto, entende-se que não deve ser ampliado o benefício para a sua companheira com as mesmas características do pacto coletivo consolidado na vigência do vínculo empregatício, visto que há expressa previsão legal em contrário.

Sentença mantida. Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº155583-1, em que figura como Apelante PAULO FERNANDO MONTEIRO DA SILVA e, como Apelado, EXCELSIOR MED LTDA, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça, acordam o seguinte: **“À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma”**, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente dada.

Recife, 12-12-2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº155583-1

COMARCA: 26ª VARA CÍVEL - RECIFE

APELANTE: PAULO FERNANDO MONTEIRO DA SILVA

APELADO: EXCELSIOR MED LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Relatório

Cuida-se de Apelação Cível (fls.95/106) interposta pelo autor PAULO FERNANDO MONTEIRO DA SILVA contra sentença(fl.89/91) prolatada pelo Juiz de Direito da 26ª Vara Cível da Capital que, nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Perdas e Danos e com Pedido de Antecipação de Tutela nº001.2006.049349-7, tendo como parte Ré a Excelsior Méd, julgou improcedente a presente ação, no sentido de não incluir sua atual companheira, gestante de 33 semanas, como beneficiária dependente do plano de saúde, por não se mostrar plausível a pretensão do segurado em estender as características do convênio firmado na rescisão do contrato laboral para a referida.

Afirma que a referida companheira é associada individual da Apelada ha 9 (nove) meses, não possuindo, com isso, tempo de contribuição suficiente para cobertura do evento obstétrico

Sustenta ainda que todas as garantias contratuais conquistadas no cumprimento de carência foram efetivamente cumpridas.

Por fim, requer, o provimento do presente recurso de apelação, reformando-se a sentença, no sentido de que seja possibilitado ao apelante ter como dependente sua companheira, revertendo-se assim o ônus da sucumbência ao Apelado de acordo com os termos delineados.

174 132
Em contra razões de apelação às fls. 112/124, o apelado, rebate os argumentos delimitados no recurso, requerendo por fim, o improvimento do recurso de apelação e, que a sentença seja confirmada em todos os seus termos.

É o relatório.

À Revisão.

Recife, 16/5/2008



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



144
175

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 155583-1

COMARCA: 26ª VARA CÍVEL - RECIFE

APELANTE: PAULO FERNANDO MONTEIRO DA SILVA

APELADO: EXCELSIOR MED LTDA

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

Voto De Mérito

Visa o apelo reformar a sentença monocrática QUE julgou improcedente o pedido do Autor, ora Apelante, no sentido de não incluir sua atual companheira como beneficiária dependente, por não se mostrar plausível a pretensão do segurado em estender as características do convênio firmado na rescisão do contrato laboral para a referida companheira.

pl. O contrato a ser analisado com o fito de incluir nova beneficiária da parte Autora é decorrente de outro anteriormente celebrado entre Empregador/Apelante e a Empresa/Apelada para prestação de serviços de caráter coletivo, não se podendo falar por isso em pacto totalmente independente, pois existe uma vinculação entre ambos, demonstrado por exigência de ordem legal, o qual regulou surgimento de novo contrato.

No presente caso, verifica-se que o Autor, ora apelante, não incluiu como beneficiária dependente a companheira no dia da proposta de adesão originária, em 18/05/2004, quando começou a prestar serviços a Saúde Excelsior, nem no dia da manutenção do vínculo com o plano de saúde, em 13/06/2006, quando fora dispensado do referido trabalho e optou por continuar no convênio sendo amparado pelo art.30 §2º da lei nº9.656/98:

“Art.30. Ao consumidor que contribuir para plano ou seguro privado coletivo de assistência a saúde, decorrente de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do trabalho

176
145

sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, **nas mesmas condições de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma também o pagamento da parcela anteriormente de responsabilidade patronal. (...)**

§2º A manutenção de que trata este artigo é extensiva, obrigatoriamente, a todo o grupo familiar inscrito quando da vigência do contrato de trabalho. “

Consta no item 3.5 do contrato de assistência médica do referido plano:

“Os beneficiários dependentes devem ser designados no início da vigência do presente contrato. Após o início da vigência do presente contrato, só será aceita a inscrição de novos beneficiários dependentes no caso de nascimento, adoção ou casamento, conforme normas estabelecidas nas cláusulas que se seguem”.

MA

O Apelante afirma (fl 84), que “na época que optou pela manutenção do vínculo com o plano de saúde em 13/06/2006, o mesmo encontrava-se livre e desimpedido, noutras palavras, solteiro. Assegura ainda, concluindo o raciocínio, não possuir nem as qualidades, nem os poderes, muito menos os dotes transcendentais próprios dos futurólogos, prestigiadores, quiromânticos e afins, nem ao menos conhecia a senhora Kaciana Albuquerque Amorim de Lira para prever que deveria informar o nome de sua futura esposa e, que ela engravidaria anos depois, sendo uma gravidez de risco.”

Ora, verifica-se com essa declaração que o Apelante não incluiu na data da manutenção do plano, de acordo com a aludida cláusula contratual e o §2º do art. 30 da lei nº9.656/98, a companheira como beneficiária, e no presente momento, requer a sua inclusão amparado na Escritura Pública de União Estável (fl.17).

A meu ver, ultrapassado o tema da União Estável, pois o cerne da questão não é esta, visto que, se fosse, devido a equiparação deste com o casamento a companheira do Apelante poderia perfeitamente ser incluída como dependente.

177 146
—

Portanto, entendo que não deve ser ampliado o benefício para a sua companheira com as mesmas características do pacto coletivo consolidado na vigência do vínculo empregatício, visto que há expressa previsão legal em contrário.

Mediante tais considerações, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, mantendo a respeitável sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 15-10-2009


Desembargador Bartolomeu/Bueno

Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

140
178

OS EXMOS. SRS. DESEMBARGADORES MILTON NEVES (REVISOR) E
JOVALDO NUNES VOTARAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS
TERMOS DO VOTO DA TURMA".

ph